

CAPÍTULO 4

Gênero, educação e ciência em um campo minado: reflexões feministas em tempos de cruzadas antigênero

Érica Renata de Souza

Anna Paula Vencato

Marko Synésio Alves Monteiro

No dia 19 de junho de 2021, o Brasil chegou à triste marca de mais de meio milhão de mortes por covid-19, com uma média móvel diária de falecimentos que passou de duas mil pessoas.¹ Essa tragédia não decorre apenas de uma pandemia causada por um vírus: ela é efeito direto também de outra questão sociologicamente relevante e premente em partes da sociedade e no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro – o negacionismo da ciência. Esse fenômeno foi percebido por algumas/uns como “questão de opinião”, dentro da lógica expressa por pessoas que questionam o consenso

1. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/500-mil-mortos-por-covid-19/index.htm>. Acesso em: 11 jul. 2021.

científico e os resultados produzidos pelas pesquisas. Transformou-se, porém, também em uma espécie de guerra nos anos recentes contra a escola, a docência e a pesquisa. Uma dessas frentes, a que assistimos desde meados de 2014 no país, é o debate em torno do que se convencionou chamar de “ideologia de gênero”. Outra frente pública desse projeto negacionista teve suas bases consolidadas pelo projeto Escola sem Partido, cujo teor se fundamenta exatamente em uma acusação vaga e sem comprovação de que as escolas e as universidades – onde em grande medida a pesquisa científica é produzida no país – seriam, na verdade, locais de “doutrinação” de esquerda. Embora menos visível no cenário nacional, o projeto ainda tem efeitos em estados e municípios, afetando a vida escolar.

Segundo as forças apoiadoras desse tipo de pensamento, haveria um projeto global de uma esquerda subversiva que visa, dentre outras coisas, destruir a “família tradicional” e disseminar entre crianças a ideia de que não há homens ou mulheres, numa suposta negação de uma “verdade biológica”. Acusam docentes de propagandear a ideia de que o gênero seria uma livre escolha, o que estaria colocando em risco as bases da sociedade ou atacando valores familiares e religiosos que deveriam ser respeitados.

A controvérsia a respeito do gênero na escola, dessa forma, coloca em disputa não apenas crenças em torno da família e do que seria propriamente masculino ou feminino: ela vem acompanhada de um ataque à autoridade de professoras/es e pesquisadoras/es, reduzidos a militantes e subversivos. Implica ainda a exclusão de quaisquer discus-

sões sobre gênero e sexualidade em escolas, como se isso fosse um ataque à “ordem natural” das coisas, à dualidade biológica que seria a base do binarismo de gênero. Pode-se dizer que há assim uma forte associação entre os ataques ao gênero, projetos como o Escola sem Partido e as atuais ondas negacionistas.

Neste capítulo, buscamos assim problematizar os ataques recentes à ciência e à autoridade de pedagogas/os, professoras/es e acadêmicas/os, mostrando que são fortemente relacionados a uma erosão do ambiente democrático no país. Ainda que acreditemos que, em uma sociedade democrática e plural, é imperativo o respeito à liberdade de opinião e de crença religiosa, a religião e alguns ideais de família e de gênero vêm sendo usados como argumento para a censura e a perseguição a valores dissidentes, contrariando os ideais de uma sociedade que se pretende democrática. Embora as famílias tenham o direito de ensinar seus valores sobre o que é gênero, família ou religião, esse direito não exclui outro imperativo: proteger não apenas a liberdade de se discutir questões de gênero na escola e nas universidades, mas também defender instituições de ensino e pesquisa de ataques levianos.

“Ideologia de gênero”: um não debate

Não vamos nos aprofundar aqui no debate sobre a categoria (acusatória) de “ideologia de gênero”,² tal como vem

2. Para este debate, sugerimos a leitura de Rogério Diniz Junqueira (2017, 2018), Sonia Corrêa (2018), Mario Pecheny, Daniel Jones e Lucía Ariza (2016) e Toni Reis e Edla Eggert (2017), além dos demais

sendo acionada nos anos recentes por setores reacionários. Refratários ao uso da categoria gênero para pensar a vida social e de diferentes sujeitos, assim também refutam sexualidades tidas como “fora da norma”, ou que escapam à heterossexualidade normativa. Vale dizer, contudo, conforme Junqueira (2017, p. 25-26), que,

nos últimos anos, em dezenas de países de todos os continentes, presencia-se a eclosão de um ativismo religioso reacionário que encontrou no “gênero” o principal mote em suas mobilizações. “Gênero”, “ideologia de gênero”, “teoria do gênero” ou expressões afins são brandidos em tons alarmistas, conclamando a sociedade para enfrentar um inimigo imaginário comum. E, em nome da luta contra ele, se empreendem ações políticas voltadas a reafirmar e impor valores morais tradicionais e pontos doutrinários cristãos dogmáticos e intransigentes.

Internacionalmente alavancado pela Igreja Católica, a partir de pronunciamentos e documentos da Santa Sé (Junqueira, 2018), católicos e neopentecostais no Brasil se articularam fortemente no debate contra a discussão de gênero nas escolas. Com isso, houve grande pressão sobre os quadros dos legislativos municipal, estadual e federal com

capítulos da parte I desta coletânea. Sobre os efeitos do Escola sem Partido em casos locais, nas políticas municipais, confira o caso explorado no capítulo 3, de Martha Ramírez-Gálvez, Lara Facioli e Luci Ribeiro, também nesta coletânea.

o intuito de abolir o uso da expressão gênero³ e qualquer discussão sobre sexualidade, além de punir, em alguns contextos, docentes que o fizessem (Corrêa, 2018; Cunha; Lopes; Lui, 2017; Junqueira, 2017; Reis; Eggert, 2017).

“Ideologia de gênero” tornou-se assim nova expressão de efeito em guerras verbais explicitadas em espaços midiáticos por católicos e evangélicos, cunhada para tratar pejorativamente a noção e os direitos de gênero. [...] Toda a “cruzada” está fundada na “defesa da família tradicional” (Cunha; Lopes; Lui, 2017, p. 164-165).

Assim, conforme Carla Machado (2004, p. 62), “neste processo de demonização, recorre-se a um conjunto de imagens preexistentes do Mal, frequentemente condensadas em torno de grupos socialmente mais vulneráveis”. Embora as mídias digitais sejam grandes favorecedoras da comunicação de vários pontos de vista, tidos como progressistas ou conservadores, a emergência do debate sobre ideologia de gênero no Brasil teve como fontes primárias outras/os interlocutoras/es. Para Cunha, Lopes e Lui (2017), este debate teve amplo espaço nas mídias religiosas e tradicionais, tais como televisão, jornais, revistas, livros, portais de notícias. Isso deu ares de *mainstream* a um debate negacionista muito antes da mais recente onda associada à pandemia, indicando um problema de fundo a ser debatido.

3. No município do Rio de Janeiro, para citar um exemplo, até o termo “gênero alimentício” acabou suprimido do Plano Municipal de Educação. Disponível em: <http://ole.uff.br/o-plano-municipal-de-educacao-do-rj-e-a-interdicao-dos-debates-sobre-igualdade-de-genero/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

Uma das razões explicitadas pelas/os autoras/es para que isso ocorra diz respeito ao fato de que o sistema de mídia brasileiro é conhecidamente relacionado a grupos familiares vinculados às oligarquias políticas regionais ou locais e, por isso, representam interesses bastante específicos. Dessa forma, conforme Rogério Junqueira (2017, p. 44), debates pautados na não discriminação, nos direitos das minorias sociais, no reconhecimento das diferenças no âmbito escolar são percebidos como ataques a liberdades individuais, quando posições de cunho privado contrastam ou mostram-se irreconciliáveis com normas mais gerais de tolerância ao debate e às minorias.

A discussão de gênero aparece como particularmente temerária a estes grupos, sobretudo porque refuta a ideia de que há uma única natureza, imutável ou divina, que serviria de base para valores a respeito da família e da ordem heterossexual reprodutiva. Discursos como “Deus fez Adão e Eva, e não Adão e Adão” são representativos dessa noção veiculada da natureza (divina) do sexo, do corpo e da “impossibilidade” de se admitir que essas verdades possam ser desveladas como construções sociais, tal qual os debates feministas e de gênero têm postulado ao longo do tempo. Para Regina Facchini e Camilo Braz (2016), essa supressão de termos, como gênero, diversidade ou orientação sexual, pode ser vista ainda como uma ameaça a conquistas democráticas. Embora o debate tenha se dado no âmbito de documentos públicos e espaços legislativos, seus efeitos transcendem questões normativas. Isso inclui o silenciamento sobre desigualdades de gênero e sexuais, sobre as

violências de gênero e ainda incidem sobre a distribuição do orçamento nas escolas e nas políticas públicas de um modo mais geral.

Nas escolas, particularmente, houve uma espécie de caça às bruxas, tanto no cotidiano escolar quanto a partir do monitoramento de redes sociais.⁴ Muitos/as docentes deixaram de tratar de questões de gênero, sexualidades e direitos humanos, com medo de retaliações ou da perda do emprego. Programas que visavam o debate sobre gênero e sexualidade ou qualquer tipo de ação voltada à educação sexual foram banidos do ambiente escolar. Esse efeito foi ampliado pela associação entre essa ideia de “ideologia de gênero” e o projeto Escola sem Partido, do qual falaremos a seguir.

Escola sem Partido e seus impactos na educação brasileira

O projeto Escola sem Partido (ESP) foi criado por Miguel Nagib, procurador do estado de São Paulo, em 2004, tornando-se uma associação em 2015. Nagib criou, coordenou e foi o principal nome do ESP ao longo de sua duração. Apesar do projeto ter sido deixado de lado em agosto de 2020, conforme anunciado na página do ESP por Nagib, esta permanece no ar até os dias atuais. Importa dizer que, mesmo o projeto de lei do ESP tendo sido abandonado por Nagib em

4. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/11/19/interna-brasil,720153/professores-relatam-ameacas-por-conta-do-projeto-escola-sem-partido.shtml>. Acesso em: 11 jul. 2021.

meados de 2019,⁵ diversos projetos “filhotes” deste que fora protocolado no Congresso Nacional se multiplicaram Brasil a fora, nas Assembleias Legislativas e sobretudo nas Câmaras Municipais. Foi no âmbito dos municípios que o projeto obteve mais apoio e capilaridade, conforme dados compilados pela revista *Nova Escola* em 2018,⁶ e talvez onde foi mais perceptível seus desdobramentos sobre a prática pedagógica no cotidiano escolar e na discussão dos Planos Municipais de Educação.⁷ O ESP encerrou suas atividades, pode-se dizer, mas suas sementes permaneceram dando frutos, como a perseguição e ameaça de processos, demissões e/ou outras violências contra docentes.⁸

O projeto colocava como seu objetivo promover e garantir o pensamento neutro, a igualdade de perspectivas, a não ideologização do ensino escolar. Isso incluiria especialmente a “descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas” (combate a uma única ideologia, defesa do pluralismo de ideias), o “respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes” (a ideia de que professores, por serem autoridade em sala de aula, podem se aproveitar dessas circunstâncias para doutrinar estudantes) e o “respei-

5. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/apos-anunciar-fim-escola-sem-partido-recebe-doacao-projetos-de-lei-avancam-24038212>. Acesso em: 11 jul. 2021.

6. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11636/escola-sem-partido-menor-do-que-parece>. Acesso em: 11 jul. 2021.

7. Disponível em: <https://deolhonosplanos.org.br/tag/escola-sem-partido/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

8. Disponível em: <https://profscontraoesp.org/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

to ao direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (direito expresso, segundo argumentam, na Convenção Americana de Direitos Humanos).⁹

De acordo com o ESP, isso estaria regulamentado pela legislação nacional e internacional, como, por exemplo, no texto da

Constituição Federal – princípio da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado (arts. 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, ‘a’, e 37, caput); liberdade de consciência e de crença (art. 5º, VI); liberdade de ensinar (que não se confunde com liberdade de expressão) e de aprender (art. 206, II); pluralismo de ideias (art. 206, III) – e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que assegura o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (art. 12, IV).¹⁰

Para um olhar desavisado, a proposta pode parecer interessante, se não correta. O nome Escola sem Partido sugere um verniz democrático, combatendo supostos perigos de partidarização da sala de aula. Mas, ao analisá-la mais criticamente, percebem-se os inúmeros problemas que lhe são intrínsecos. Ao lançar mão dos artigos da CF/88¹¹ e di-

9. Disponível em: <http://escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

10. Disponível em: <http://escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

11. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jul. 2021.

zer que docentes teriam liberdade de cátedra e não de expressão em sala de aula, o projeto gera uma abertura para o questionamento dos conteúdos ensinados. O projeto especialmente retira direitos das/os docentes ao promover a ideia de que, diversamente de qualquer outra pessoa, estes estariam alijados desse direito fundamental.

Conforme Fernando Penna (2017, p. 41), a desqualificação do professor no projeto aparece por meio da remoção, inclusive explícita, de todas as suas atribuições, “chegando ao extremo de excluir a sua liberdade de expressão”. Para o autor, a referência à Convenção Americana sobre Direitos Humanos,¹² utilizada para questionar o direito à liberdade de expressão de docentes, deixa de levar em consideração que, no mesmo código, o artigo 13 expressa que o direito à liberdade de expressão de professoras/es prevê que há implicações e responsabilidades de docentes quanto ao conteúdo que é ministrado em classe (inclusive ofensas, coações etc.). Nesse sentido, adicionar mais restrições (legais) ao conteúdo abordado em sala de aula consistiria em censura. Podemos afirmar, nesse contexto, que

dentro da lógica persecutória instaurada pela Escola sem Partido e também no bojo do debate anti-“ideologia de gênero” cabe ao/a professor/a apenas discutir o conteúdo, sem trazer dados de realidade ou ilustrações e, ainda, que não incorra no que possa ser entendido como desrespeito à “moral dos pais”. Dentro dessa

12. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 11 jul. 2021.

perspectiva, o conhecimento deve ser sempre neutro (Vencato; Silva; Alvarenga, 2018, p. 596).

Ocorre que tal neutralidade, além de impossível de ser atingida, é também ela própria uma posição política. Isso pois ela criminaliza quaisquer posições dos docentes como “doutrinação”, além de incentivar acusações entre colegas e patrulhamento de pensamento dentro da escola. Além disso, vale ressaltar, garantir que “todas as perspectivas sobre um tema” estejam contempladas em uma aula é problemático. Não há como se equiparar, para dar um exemplo, perspectivas anti e a favor do nazismo ou sobre toda e qualquer noção (religiosa) acerca do surgimento da vida humana. Conforme Gaudêncio Frigotto (2017), o projeto distorce mesmo o sentido liberal de política, reduzindo assim a escola a um espaço de doutrinação no qual professores seriam algozes de crianças indefesas. O projeto impossibilitaria ainda quaisquer desvios de uma suposta ciência neutra, criminalizando opiniões que fujam de determinada cartilha – sem explicitar, obviamente, quem seria responsável por definir o que é ciência ou neutralidade.

A perspectiva do ESP é assim limitadora e de certo modo impossível de ser implementada, pois considera que alunas/os são incapazes de pensar e tomar decisões sobre aquilo que veem, ouvem ou aprendem, e, ao mesmo passo, constrói a escola como local de perigo. Ele nega aos estudantes a capacidade de serem entendidos como sujeitos do próprio aprendizado, que têm visões próprias do mundo e que se contrapõem àquilo que não coaduna com seus va-

lores familiares, pessoais ou religiosos. Assim, vai contra o papel da escola por negar-lhe a capacidade de apresentar a estudantes outros olhares para além daqueles que já conhecem no âmbito de suas vidas privadas.¹³

Escola, família e *homeschooling* em tempos de "ideologia de gênero"

Em 2018, foi amplamente divulgada pela mídia a expressão homofóbica de alguns torcedores de futebol, no metrô da cidade de São Paulo, cantando "Ô bicharada, toma cuidado, o Bolsonaro vai matar veado!";¹⁴ uma frase similar a essa também foi cantada em um estádio de Belo Horizonte na mesma época¹⁵ (Mendonça; Mendonça, 2021). Também naquele momento, em uma escola pública do Distrito Federal, ficamos cientes da redação de uma criança de aproximadamente oito anos, mencionando que "Bolsonaro vai matar viados". O tema da redação era "se eu pudesse votar". O conteúdo do texto foi: "Se eu pudesse votar, eu votaria para presidente no candidato Jair Bolsonaro, porque eu não quero morrer. Ele vai dar arma para as crianças, adultos e

13. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-o-escola-sem-partido-vai-contr-a-o-papel-da-escola>. Acesso em: 11 jul. 2021.

14. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/matar-viado-bolsonaro-homofobicos-metro>. Acesso em: 11 jul. 2021.

15. Disponível em: <https://www.facebook.com/portalotempo/posts/1973145492767987/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

velhos. Ele vai matar viados. No final, ele vai vencer”.¹⁶ Junto à redação, um desenho com uma criança de camiseta verde e mochila nas costas ao lado de uma urna eleitoral e um adulto disparando uma metralhadora.

Conforme discutido na pesquisa de mestrado da primeira autora deste capítulo, a escola se mostra tanto como fonte de trocas, compartilhamentos e aprendizagem para uma parcela de alunas/os quanto de violência e discriminação para alunas/os pobres, negras/os, homossexuais e/ou repetentes (Souza, 1999, 2006). A pesquisa de doutorado da mesma autora (Souza, 2005) identificou que a escola é percebida como um espaço de preocupação para as/os filhas/os de casais homossexuais, pela falta de preparo dessas instituições em aceitar não somente a homossexualidade, mas as famílias que escapam da lógica heteronormativa. Também foi percebido que, quanto mais elitizada a escola, maior o medo do preconceito por parte da família. Souza *et al.* (2015) ainda identificaram que a escola, pareada com a família, são, em geral, as instituições que mais excluem e violentam pessoas trans no começo de sua transição de gênero. A escola é, portanto, espaço de disputas, de preconceitos e violências, tanto quanto de debates e aprendizados.

As duas primeiras autoras deste capítulo são feministas, antropólogas e pedagogas de formação. Desde nossa graduação, nos anos 1990, já lutávamos contra o discurso de que a escola ensina e a família educa. Primeiro, porque como bem nos fala Paulo Freire, todo ato de educar é um ato

16. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/alunos-de-escola-no-df-dizem-em-dever-que-bolsonaro-vai-matar-viados>. Acesso em: 11 jul. 2021.

político. Segundo, porque uma criança que transita entre a casa e a escola não se divide em duas, uma para ser ensinada pela escola e outra para ser educada em casa. Na perspectiva de Bourdieu, a família realiza o trabalho pedagógico primário, e a escola, o secundário (Souza, 1999).

Os discursos da “ideologia de gênero” e do Escola sem Partido são justamente esses contra os quais educadores, feministas e estudiosas/os de gênero e sexualidade lutam há décadas, só que agora numa proposta mais radical. Não se trata mais de separar família como sinônimo de educação e escola como sinônimo de ensino. Trata-se de acabar com a escola¹⁷ pensada enquanto um espaço de debates e diálogos inclusivos. Uma vez percebido que essas instituições não se separam na formação da criança, o mote é matar a escola tal qual a conhecemos e como ela se estruturou até aqui. O discurso continua sendo o mesmo: quem educa é a família. Mas agora quem ensina também deve ser a família? À escola não cabe mais nada; nunca foi seu papel educar, agora nem ensinar. Nessa lógica, a escola perde sua função social. Por isso, bastaria ter internet e aprender em casa.

Sabemos que essa abordagem representa uma posição política, moral e financeira que ganha corpo ao longo dos últimos anos no país. Mas não se trata só disso. Trata-se também de crianças que ficarão sem merenda, e mães que não saberão onde deixar suas crianças para poderem

17. Um dos debates significativos nesse sentido é o sobre a instituição do *homeschooling* ou educação no lar no Brasil. Para um debate aprofundado sobre o histórico dessa discussão, sua viabilidade legal, a questão da educação como dever do Estado e a questão da escolarização obrigatória no país, ver Cury (2006, 2019).

trabalhar – o que é uma questão crucial do ponto de vista feminista. Tampouco se trata só disso. Trata-se de eliminar a escola enquanto lócus democrático de ensino e aprendizagem, de educação, de compartilhamentos e trocas e de sociabilidade. Visa eliminar esse lugar polissêmico em que as crianças e adolescentes têm contato com a diversidade social, cultural e sexual, com a heterogeneidade de opiniões, de debates, de práticas.

Ainda que a escola também possa ser um espaço de violência em certo sentido (Souza, 1999, 2006), ela nunca foi apenas isso. Essa polissemia sempre existiu dentro da escola, com forças tanto reacionárias quanto progressistas operando dentro das instituições, seja no projeto pedagógico, nos currículos, na docência, no cotidiano escolar ou nas sociabilidades juvenis. A escola sempre se configurou como um espaço de disputas de poder, mas pode permitir um viés muito mais democrático do que o ambiente familiar. No caso da educação no nosso país, quem sempre lutou por uma educação emancipadora construía seu lugar dentro das disputas no interior da instituição.

Agora o que alguns grupos colocam em pauta é esvaziar esse espaço para que a criança seja educada exclusivamente em casa e pela internet. Isso nos remete a outra discussão dos anos 1990: a/o docente se tornaria dispensável dado o advento da internet? As décadas seguintes demonstraram que não, que a internet poderia se tornar uma aliada, uma ferramenta a mais no processo de ensino-aprendizagem, mas o que de fato construía o conhecimento era a relação dialógica entre professoras/es e alunas/os, saberes compartilhados, conhecimen-

to construído coletivamente. Em tempos de pandemia, aulas virtuais e *home office*, isso ficou cada vez mais evidente com o déficit de aprendizado inegável, mesmo nas escolas privadas em que estudantes tinham acesso à internet e computador.

O discurso da “ideologia de gênero” e o projeto ESP, no entanto, são a negação desse ideal de uma escola democrática. Professoras/es passam a ser consideradas/os doutrinadoras/es ao invés de facilitadoras/es da aprendizagem. A escola se torna dispensável, e a/o professora/r passa a ser concebida/o como um perigo iminente. Solução: leve tudo para casa, a família resolve. Dentro das paredes da casa, supostamente, a família assume todo o controle sobre o que a criança vê, sobre o que ela pensa, o que ela pode aprender, sobre seu gênero, sua sexualidade. Bem sabemos que isso é uma ilusão, inclusive porque o espaço doméstico é aquele no qual as crianças sofrem mais violência e agressões, até mesmo agressões sexuais.¹⁸ Ainda que fosse possível controlar o acesso à internet, a criança pode ali ter acesso a um mundo de informações, mas de forma caótica e desordenada, incluindo desinformação e *fake news*, enquanto a Educação Sexual seria substituída por Educação Moral e Cívica. A saúde física e mental dessas crianças está em jogo, pois o

18. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Anuário [...], 2022, p. 189), “o dado que historicamente mais choca quando analisamos os registros de estupro e estupro de vulnerável no Brasil é a idade das vítimas, pois, desde que dispomos de dados nacionais sobre o fenômeno, crianças e adolescentes representam a maioria das vítimas. Em termos de distribuição etária, o grupo que contra o maior percentual é o de 10 a 13 anos, seguido das crianças de 5 a 9 anos”. Esse dado precisa ainda ser contextualizado na relação com outro da mesma fonte, de que a maioria dos crimes são cometidos por pessoas conhecidas ou parentes.

ambiente familiar e a internet não são efetivamente capazes de prover informações e nem processo de aprendizagem efetivos, ao passo que podem colocar as crianças em risco. A diversidade e a democracia estão em jogo. Enquanto isso, muita gente aplaude a ideia e se preocupa apenas se essas crianças terão acesso à internet ou não.

Dentre as/os defensoras/es da escola, muitas/os acham que proibir o ensino de gênero nas escolas é um mal menor, que não teria grandes consequências, o que é uma posição bastante temerária. De fato, a família não estará em risco, mas as crianças e o futuro, sim. A escola não precisa discutir gênero? Queremos adultos que saibam lidar com a diversidade, mas achamos que as crianças não precisam aprender nada sobre isso?

Discutir gênero e sexualidade é um dos caminhos que a sociedade tem para ensinar o respeito à diversidade e o direito à cidadania daquelas/es que não respondem à lógica patriarcal e/ou heteronormativa. Uma vez que a criança ou jovem crescem e se socializam reconhecendo as diferenças e aprendendo a lidar com elas, meninas e meninos percebem que todas as pessoas, dentro de uma mesma sociedade, podem escolher qualquer profissão, podem demonstrar seus sentimentos, podem falar sobre qualquer assunto, podem se vestir como quiserem.

Podemos pensar o debate de gênero, em certo aspecto, como tendo um caráter pedagógico preventivo da desigualdade e da violência de gênero. Não falar sobre desigualdade e violência, não colocar dados em evidência é coadunar com ela, é ignorá-la e alimentar o sistema patriarcal e cis-heteronormativo e dar as costas aos direitos humanos

e sociais e à democracia. Quando o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Anuário [...], 2022, p. 133, grifo no original) sugere que *“há pouco interesse político-institucional de produzir dados e, tendo em vista que a produção de dados é um dos primeiros passos para o enfrentamento de um problema social qualquer, de enfrentar violências simbólicas, discursivas e físicas contra LGBTQI+ por parte das polícias”*, vemos, por exemplo, como o apagamento de dados e debates sobre grupos minoritários inviabiliza o enfrentamento dos problemas social e politicamente vivenciados por esses grupos. Não podemos lutar socialmente contra um problema que supostamente não existe, porque é invisibilizado ou porque sua relevância é diminuída.

Mais do que aprender sobre isso, a criança precisa conviver em espaços que respeitem as diferenças, espaços nos quais percebam a diversidade sexual e de gênero sendo tratadas como parte da vida e não como tabu ou como pecado (Souza, 2005). Espaços em que as crianças não cresçam acreditando que precisam de uma arma para não morrer, que pessoas diferentes dela mereçam morrer ou que ela própria, por ser uma criança fora da norma de gênero e da heterossexualidade compulsória, não merece viver e nem merece o direito à educação.

Problematizações sobre gênero, ciência e sociedade

Além do caráter social do gênero, o aspecto anticientífico da discussão em torno da “ideologia de gênero” é outro

fator problemático e preocupante das narrativas de suas/seus defensoras/es. Preocupante também é a forma como muitas/os toleram a perseguição às teorias de gênero e ao feminismo sem se darem conta de que são vitimadas nesse movimento também a ciência e a própria democracia (como a pandemia ilustrou de forma dramática). É cada vez mais urgente defender a importância da ciência e do conhecimento científico, inclusive sobre gênero, para a sociedade brasileira. Preconceitos infundados contra pesquisadores de gênero e professoras/es que falam sobre sexo e gênero em sala de aula são perigosos na medida em que desvalorizam o papel das/os professoras/es e atacam a pesquisa com base em posições sectárias, como a de que só é válida a pesquisa que reforce uma ideia de família nuclear, por exemplo.

A discussão sobre gênero é feita em universidades e centros de pesquisa do mundo todo com grande rigor científico e vem trazendo diversos avanços não apenas na nossa compreensão sobre como se articulam aspectos biológicos e sociais dos nossos comportamentos, mas também como esses se relacionam com violência, desigualdades e política. Em todo o mundo, tais pesquisas auxiliam na formulação e aprimoramento de políticas públicas voltadas a mulheres e homens, além de grupos específicos como transexuais, travestis, adolescentes e pessoas com doenças sexualmente transmissíveis.

A discussão sobre gênero e sexualidade não se restringe, no entanto, a grupos ou questões minoritárias: ela trata de pensar como devemos lidar com gravidez, com a saúde do homem ou mesmo com o aumento da sífilis e da aids

em populações as mais diversas (incluindo heterossexuais). Achar que há uma pauta oculta por trás de pesquisas tão relevantes, usar tais acusações infundadas para promover o medo entre famílias ou mesmo atacar profissionais em sua legitimidade é algo que devemos veementemente repudiar.

Nenhuma ciência é feita no vácuo ou de forma separada da sociedade. Por isso mesmo, a sociedade pode e deve ser informada sobre a pesquisa que ela financia com recursos públicos, seja sobre gênero ou qualquer outra. Mas, ao mesmo tempo, acreditamos que as discussões atuais em torno de ideologia de gênero prestam um enorme desserviço ao acusar, sem nenhum fundamento, pesquisadoras/es de serem doutrinadoras/es, enfraquecendo o lugar social da ciência em um país que poderia dela se beneficiar. Em um país no qual a violência contra mulheres, homossexuais, travestis e transexuais é tão alta, no qual até o afeto entre irmãos ou mãe e filha é causa de violência física e onde os enormes avanços científicos que conseguimos a um alto custo estão em risco devido a cortes profundos de recursos, não podemos ceder a discussões e posicionamentos tão flagrantemente contrários à democracia e até mesmo ao bom senso.

Nesse contexto, relembramos que, de acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, “[...] uma mulher é vítima de feminicídio a cada 7 horas, o que significa dizer que, ao menos 3 mulheres morrem por dia no Brasil por serem mulheres” (Anuário [...], 2022, p. 175). No que se refere às pessoas trans, de acordo com o *Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021*, houve “um aumento de 141% em relação a 2008, o ano que

a ONG Transgender Europe (TGEU) inicia o monitoramento global e que apresentou o número mais baixo de casos relatados, saindo de 58 assassinatos em 2008 para 140 em 2021” (Benevides, 2022, p. 31, grifo da autora). Esse dado estarrecedor fez do Brasil, pela 13ª vez consecutiva, o país que mais mata pessoas trans no mundo. Defender opiniões divergentes e grupos minoritários (como homossexuais, transexuais e outros grupos estudados por acadêmicos de gênero e sexualidade) não é uma subversão da democracia, pelo contrário, é condição *sine qua non* para que ela se efetive. Não há democracia sem liberdade de opinião e de crença, e se uma minoria é calada ou atacada em sua integridade física, isso deve ser percebido como um ataque ao ideal de uma sociedade livre e plural. Isso inclui não só minorias sexuais, mas grupos religiosos variados e quaisquer opiniões que divergem da maioria.

Para além da desqualificação das pesquisas, o conservadorismo e o negacionismo científico têm fornecido subsídios para a precarização e o desmonte de políticas científicas e tecnológicas. Nesse contexto, as ciências humanas, que historicamente sempre tiveram que se provar como “tão científicas” quanto as ciências da natureza e as ciências exatas, encontram-se num lugar de extrema vulnerabilidade. Os cortes nos orçamentos para pesquisas¹⁹ (desde a ini-

19. Tais cortes vêm sendo descritos e analisados há algum tempo por associações de docentes, como a Andes (disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/pesquisa-nacional-luta-para-sobreviver-asfixiada-por-cortes-orcamentarios1>), e por pesquisas que mostram a redução radical de investimentos na ciência desde pelo menos 2015, como a pesquisa do Ipea, disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/noticias/noticias/282-in->

ciação científica, passando pela pós-graduação e chegando a editais de fomento para pesquisas de docentes) têm refletido numa política anticientífica que, em 2020, produziu, por exemplo, a incapacidade de o país responder efetivamente à pandemia de covid-19.²⁰

Conclusão

Precisamos discutir o gênero em seu caráter social, porque vivemos em um país onde ainda sofremos com graves violências baseadas em gênero (incluindo feminicídios, ataques homofóbicos e transfóbicos, dentre tantas outras violências) e não porque tal discussão implicaria uma agenda do fim da família tradicional ou um ataque a valores religiosos. Trata-se aqui de uma clara e intransigente defesa de uma sociedade democrática e plural. Defender opiniões divergentes e grupos minoritários é crucial para que se efetive a democracia de forma plena.

Os discursos que se posicionam contra essa suposta “ideologia de gênero” fazem parte, assim, de um viés negacionista, associados a essa onda maior de ascensão de posições reacionárias no país e no mundo. Isso porque atacar a

vestimento-federal-em-c-t-retrocede-mais-de-uma-decada-aponta-estudo-do-cts. A própria instituição federal da qual as duas primeiras autoras deste capítulo são docentes sofreu uma redução de 16 milhões no orçamento que havia sido aprovado para 2022 (disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/liberacao-de-recursos-para-universidades-e-negada-pelo-governo-federal>).

20. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/cortes-na-ci%C3%A9ncia-comprometem-resposta-%C3%A0-covid-19-no-brasil/a-53052021>. Acesso em: 10 nov. 2022.

produção acadêmico-científica dos estudos de gênero e dos estudos feministas sobre diferença e desigualdade de gênero é um ataque à ciência. Achar que faz sentido reduzir ou excluir financiamento às ciências sociais, pois o que interessaria seriam apenas as ciências duras, é um movimento nessa mesma direção. Negar as desigualdades sociais (e seu estudo como algo relevante e legítimo para ser financiado) é negar um debate democrático, assim como o pretense desmonte das escolas também é uma forma de acabar com um espaço privilegiado para uma formação cidadã e democrática.

Nesse sentido, percebemos que a onda reacionária que vivenciamos no Brasil (que se institucionalizou de forma inédita durante o governo Bolsonaro) e no mundo está sendo sustentada por um arranjo de forças que se retroalimentam na desqualificação e no desmonte da educação e da ciência para que os problemas sociais sejam relegados a uma condição naturalizada, sacralizada e moralizada. Afinal de contas, não se discute com a natureza ou com Deus. Tampouco há como se mobilizar socialmente contra eles.

Tanto o negacionismo quanto a chamada “ideologia de gênero” repudiam todo e qualquer debate de construção de ideias e realidades, num movimento de naturalização de diferenças e desigualdades, com respaldo de um viés religioso. Dessa forma, o ataque à educação e à ciência precisa ser entendido, como argumentamos anteriormente, no contexto de diversos ataques à democracia, como uma tentativa articulada de naturalização e de apagamento dos problemas sociais, visando ao desmonte de políticas sociais, educacionais e científicas.

Referências

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública 2022. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BENEVIDES, Bruna G. (org.). *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília, DF: Antra, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CORRÊA, Sônia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, p. 1-16, 2018.

CUNHA, Christina Vital; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação escolar e educação no lar: espaços de uma polêmica. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 667-688, out. 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Homeschooling ou educação no lar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 35, p. 1-8, 2019.

FACCHINI, Regina; BRAZ, Camilo. Gênero e educação: diferenças, desigualdades e ideologia. *Coletiva*, [s. l.], n. 18, jan./abr. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 17-34.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, set./dez. 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária - ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanilira Corpes (org.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.

MACHADO, Carla. Pânico moral: para uma revisão do conceito. *Interações*, n. 7, p. 60-80, 2004.

MENDONÇA, Carlos Magno Camargos; MENDONÇA, Felipe Viero Kolinski Machado. “Ô bicharada, toma cuidado: o Bolsonaro vai matar viado!” Cantos homofóbicos de torcidas de futebol como dispositivos discursivos das masculinidades. *Galáxia*, São Paulo [online], n. 46, p. 1-18, 2021.

PECHENY, Mario; JONES, Daniel; ARIZA, Lucía. Sexual politics and religious actors in Argentina. *Religion and Gender*, v. 6, n. 2, p. 205-225, 2016.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 35-48.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan./mar. 2017.

SOUZA, Érica Renata. Marcadores sociais da diferença e infância: relações de poder no contexto escolar. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 169-199, jan./jun. 2006.

SOUZA, Érica Renata. *Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SOUZA, Érica Renata de. *Questões de gênero na infância e na escola*. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SOUZA, Érica Renata *et al.* *Transexualidades e saúde no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFMG), 2015. Relatório Técnico – Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA nº 32/2012.

VENCATO, Anna Paula; SILVA, Rafaela Lacerda; ALVARENGA, Rodrigo Lessa. A educação e o presente instável: repercussões da categoria “ideologia de gênero” na construção do respeito às diferenças. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 587-598, set./dez. 2018.